



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

EM

30 DE JUNHO DE 2020

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 30
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	31 a 32

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 30 de Junho de 2020 e Dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		115.052	92.396
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	34.166	37.878
Clientes	6	70.832	47.962
Outros Créditos	8	6.029	5.255
Tributos Compensáveis	9	3.706	1.212
Despesas Antecipadas	10	319	89
NÃO CIRCULANTE		530.566	545.076
Realizável a Longo Prazo		23.605	24.458
Energia Eletrica - CCEE	24	1.909	1.909
Depósitos Judiciais	11	120	120
Tributos Diferidos	12	21.576	22.222
Adiantamento a Acionistas		-	207
Imobilizado	13	356.651	365.690
Intangível	14	149.958	154.496
Direito de Uso	15	352	432
TOTAL DO ATIVO		645.618	637.472





PASSIVO	NE nr.	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		82.001	85.647
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	437	296
Fornecedores	17	2.144	3.684
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	314	4.725
Outras Obrigações Fiscais	19	1.098	1.394
Concessão de Uso de Bem Público	20	69.750	67.401
Pequisa e Desenvolvimento	21	7.806	7.640
Outras Contas a Pagar	22	452	507
NÃO CIRCULANTE		526.876	508.966
Litígios Regulatórios	24	14.418	12.318
Concessão de Uso de Bem Público	20	512.242	496.355
Direito de Uso	15	216	293
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.741	42.859
Capital Social	26.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.3	255	255
Reserva Legal	26.2	7.101	7.101
Lucros Acumulados		2.240	26.125
(-) Dividendos Intermediarios	26.4	(8.358)	(26.332)
Adiantamento a Acionistas		-	207
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		645.618	637.472

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	N.E	2020		2019	
		01.04.20	01.01.20	01.04.19	01.01.19
		a 30.06.20	a 30.06.20	a 30.06.19	a 30.06.19
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	34.621	85.709	54.062	125.146
(-) Custos Operacionais	28	(13.573)	(27.616)	(19.391)	(43.377)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		21.048	58.093	34.671	81.769
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.468)	(2.967)	(1.454)	(2.782)
Despesas Administrativas	29.1	(1.468)	(2.967)	(1.454)	(2.782)
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		19.580	55.126	33.217	78.987
RESULTADOS FINANCEIRO	30	(28.727)	(51.748)	(25.307)	(50.421)
Receitas financeiras	30	441	1.109	528	1.090
Despesas financeiras	30	(29.168)	(52.857)	(25.835)	(51.511)
LUCRO OPERACIONAL		(9.147)	3.378	7.910	28.566
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.160	(1.138)	(2.686)	(9.703)
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	3.483	(492)	(2.361)	(9.053)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	12	(323)	(646)	(325)	(650)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		(5.987)	2.240	5.224	18.863
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>(0,099)</i>	<i>0,037</i>	<i>0,087</i>	<i>0,313</i>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Outros resultados abrangentes		2.240	18.863
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		2.240	18.863

* As notas explicativas integram demonstrações financeiras *

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.503	255	7.101	-	11.118	-	53.977
Lucro do período - Janeiro a Junho 2019		-	-	-	-	-	18.863	18.863
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(11.118)	(13.639)	(24.757)
Saldos em 30 de junho de 2019		35.503	255	7.101	-	-	5.224	48.083
Lucro do período - julho a dezembro 2019		-	-	-	-	-	7.262	7.262
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(12.693)	(12.693)
Adiantamento a Acionistas		-	-	-	-	-	207	207
Saldos em 31 de dezembro de 2019		35.503	255	7.101	-	-	-	42.859
Lucro do período - Janeiro a Junho 2020		-	-	-	-	-	2.240	2.240
Dividendos distribuídos antecipadamente 26,4		-	-	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Saldos em 30 de junho de 2020		35.503	255	7.101	-	-	(6.118)	36.741

* As notas explicativas integram demonstrações financeiras *

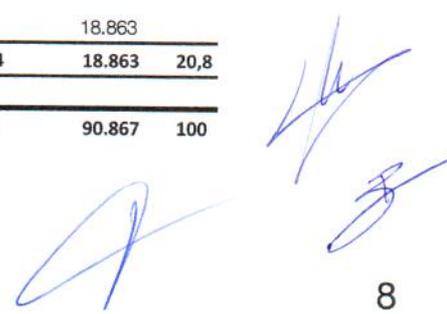
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	30/06/2020	30/06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.240	18.863
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	13 e 15	9.315	9.319
Amortização de intangível	14	4.559	4.546
Variações monetárias não realizadas	30	52.827	51.479
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	646	650
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		-	3.033
Provisão p/ litígios regulatórios	24	2.100	
Baixas do imobilizado		-	3
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	6	(22.870)	9.370
Outros créditos	8	(774)	(592)
Tributos Compensáveis	9	(2.494)	
Despesas pagas antecipadamente	10	(230)	(229)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	16	141	128
Fornecedores	17	(1.540)	(352)
Imposto de renda e contribuição social	18	(4.411)	(22.800)
Outras obrigações fiscais	19	(296)	(937)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	20	(34.575)	(33.449)
Pagamento de direito de uso		(79)	(76)
Pesquisa e desenvolvimento	21	166	401
Outros valores a pagar	22	(55)	371
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		4.670	39.728
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	13	(210)	(84)
Aquisições de intangível		(21)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(231)	(84)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	26.4	(8.151)	(43.840)
Resgate de debêntures		-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(8.151)	(43.840)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(3.712)	(4.196)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	37.878	42.886
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	34.166	38.690
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(3.712)	(4.196)

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019
 (Em Milhares de Reais)

	NE nr.	30/06/2020	30/06/2019		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	27	93.650	133.412		
Total		93.650	133.412		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	28	-	11.034		
Encargos de uso da rede eletrica	28	7.513	6.655		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	28	946	3.276		
Material, insumos e serviço de terceiros	28 e 29	5.321	5.556		
Outros insumos	28 e 29	333	216		
Total		14.113	26.737		
(=) Valor adicionado bruto		79.537	106.675		
(-) Depreciação e amortização					
	28 e 29	13.874	16.898		
(=) Valor adicionado líquido		65.663	89.777		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	30	1.109	1.090		
Total		1.109	1.090		
Valor adicionado a distribuir		66.772	90.867		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30/06/2020	%	30/06/2019	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	29.1	1.524		1.479	
Planos previdenciarios e assistencial	29.1	97		84	
Benefícios	29.1	167		139	
Encargos sociais - FGTS	29.1	374		385	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		2.162	3,2	2.087	2,3
Governo					
Federal		9.455		18.337	
Estadual		2		-	
Municipal		18		18	
Total		9.475	14,2	18.355	20,2
Terceiros					
Juros e variações monetárias	30	52.857		51.511	
Arrendamentos e alug uéis	29.1	37		51	
Total		52.894	79,2	51.562	56,7
Acionistas					
Lucro no 1º semestre 2020		2.241		18.863	
Total		2.241	3,4	18.863	20,8
		66.772	100	90.867	100



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Levantadas em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

<u>UHE / PCH</u>	<u>Potência instalada (MW)</u>	<u>Energia assegurada (MW médios)</u>
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

A Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada em 13 de dezembro de 2017, junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF. Nesta ação, pleiteia-se a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN.

Neste momento, a entidade possui decisão proferida de maneira liminar, a qual garante a liquidação integral da GF de 140,300 MW médios no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a portaria seja mantida, a redução da GF será de 2,6 MW médios.

2. Concessão

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

Como pagamento pelo UBP (Uso do Bem Público) objeto do contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31.07.2020.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

a) Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são

registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2021 fará o recolhimento da parte

relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

4.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Caixa e bancos conta movimento		18	16
Aplicações financeiras de curto prazo		34.148	37.862
		34.166	37.878

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96,000% a 98,30% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e data de aplicação.

6. Clientes

Clientes	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.06.2020
Suprimento - Copel Comercialização	1.534			1.534
Suprimento - Livres	9.464			9.464
CCEE	59.834			59.834

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, referente aos ativos recebíveis, devido a inexistência de histórico de inadimplência dos CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica). Enquanto, os valores contabilizados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), são protegidos por regras regulatórias, que impõem penalidades severas para inadimplentes, mitigando um possível risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	30.06.20	31.12.19
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.	1.534	691
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	1.247	1.245
Copel Geração e Transmissão S.A.	876	862
<u>Patrimônio Líquido</u>		
Proventos Intercalares		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	(5.851)	
Acionista		
Paineira Participações Ltda	(2.508)	
<u>Resultado</u>	30.06.20	30.06.19
Entidade sob controle em comum		
Suprimento de Energia		
Copel Distribuição S.A.	-	89.224
Copel Comercialização S.A.	9.707	3.733
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(7.513)	(6.655)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(4.915)	(4.436)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(402)	(389)
Serviços de Telecomunicações		
Copel Telecomunicações S.A.	(49)	(60)





8. Outros créditos

	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Serviços em Curso (*)		5.823	5.191
Almoxarifado de manutenção e operação		69	52
Adiantamento a empregados		135	10
Devoluções de compras		2	2
		6.029	5.255

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

	Saldos em	30/06/20	31/12/19
IRPJ pago por estimativa		1.580	-
CSLL pago por estimativa		914	-
CSLL Pedido de ressarcimento		1.212	1.212
		3.706	1.212

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa, serão compensados ao término do exercício social, por ocasião do cálculo do Ajuste Anual. A CSLL Pedido de ressarcimento refere-se a saldo negativo da contribuição apurado no exercício social de 2014, o qual aguarda decisão judicial deferindo o ressarcimento e/ou compensação do valor pago anteriormente.

10. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Seguro das usinas		318	88
Seguro sede administrativa		1	1
		319	89





11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2019	120
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
- Atualização monetária	-
Saldo em 30 de junho de 2020	120

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:

	01.01.2020	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30.06.2020
Ativo não circulante				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	22.354	(646)	-	21.708
	22.354	(646)	-	21.708
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	132	-	-	132
	132	-	-	132
Líquido apresentado no Balanço	22.222	(646)	-	21.576



Realização dos créditos fiscais diferidos

30.06.2020	Ativo	Passivo
2020	646	-
2021	1.292	(132)
2022	1.292	-
2023	1.292	-
2024	1.292	-
2025	1.292	-
2026 a 2028	3.876	-
2029 a 2031	3.876	-
2032 a 2034	3.876	-
2035 a 2036	2.974	-
	21.708	(132)

13. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31.12.2019	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	30.06.2020
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	189.303	-	(4.569)	-	-	184.734
Máquinas e equipamentos	116.728	115	(3.261)	-	-	113.582
Edificações	38.951	-	(905)	-	-	38.046
Terrenos	16.858	11	(492)	-	-	16.377
Móveis e utensílios	165	1	(22)	-	-	144
	362.005	127	(9.249)	-	-	352.883
Em curso						
Custo	3.685	94	-	-	(11)	3.768
	3.685	94	-	-	(11)	3.768
	365.690	221				356.651

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

14. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31.12.2019	151.134	-	3.362	-	154.496
Aquisições	-	-	21	-	21
Amortização UBP	(4.285)	-	-	-	(4.285)
Amortização GSF	(193)	-	-	-	(193)
Amortização - Outros	-	-	(81)	-	(81)
30.06.2020	146.656	-	3.302	-	149.958

15. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 30 de junho de 2020 e a seguinte:

	Edificações		
	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
31.12.2019	387	45	432
Depreciações	(66)	-	(66)
Amortizações	-	(14)	(14)
30.06.2020	321	31	352

16. Obrigações Sociais e Trabalhista

Descrição	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Salários a pagar		9	-
Tributos retidos na fonte		49	102
Provisão de férias e 13º salário		379	194
		437	296

17. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo 30.06.2020
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.247	-	-	-	-	-	1.247
Materiais e Serviços - Copel GET	876	-	-	-	-	-	876
Materiais e Serviços	21	-	-	-	-	-	21
	2.144	-	-	-	-	-	2.144

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Imposto de renda - Lucro Real		359	8.795
(-) Imp. renda pago por estimativa (*)		-	(4.324)
(-) Imp. Renda retido na fonte		(178)	(490)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		133	3.282
(-) Contr.Social pago por estimativa (*)		-	(2.538)
		314	4.725

(*) Valores reclassificados para o Ativo Circulante.




A Companhia apurou lucro fiscal no 1º semestre assim demonstrado:

	30.06.2020	30.06.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.378	28.566
IRPJ e CSLL (34%)	(1.149)	(9.712)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas Indedutíveis	80	135
Benefício fiscal - Lei 11.941/2009	-	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-
Incentivos Fiscais	-	-
Finam	-	-
Diferença entre as bases de Cálculo do Lucro real e presumido	-	-
Outros	(1.976)	(2.038)
IRPJ e CSLL correntes	(492)	(9.053)
IRPJ e CSLL diferidos	(646)	(650)
Alíquota efetiva - %	33,69%	33,97%

19. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Tributos retidos na fonte		221	226
Previdência Social INSS		43	47
FGTS		8	-
PIS e Cofins		826	1.121
		1.098	1.394

20. Encargos de Outorga ANEEL

Em 30/06/2020 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 198 (cento e noventa e oito) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.221.687 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.2019	67.401	496.355	563.756
Encargos	2.349	50.462	52.811
Transferências	34.575	(34.575)	-
Amortização - principal	(9.500)	-	(9.500)
Pagamento - encargos	(25.075)	-	(25.075)
30.06.2020	69.750	512.242	581.992

21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º,

da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 30/06/2020 é a seguinte:

Mutação	Circulante FNDCT	Circulante MME	Circulante P&D	não circulante	Total
31.12.2019	136	68	7.436	-	7.640
Constituições	290	169	337	-	796
Juros Selic	-	-	33	-	33
Recolhimentos	(383)	(192)	-	-	(575)
Conclusões	-	-	(88)	-	(88)
30.06.2020	43	45	7.718	-	7.806

22. Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		302	354
Direito de Uso - Edificações		150	153
		452	507

23 Benefício pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	circulante	não circulante	Total
31.12.2019	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	96	-	96
Amortizações	(96)	-	(96)
30.06.2020	-	-	-

24. Litígios Regulatórios

CCEE Ajuste Único Liminar - Garantia Física	12.950	10.850
CCEE Ajuste Único Liminar - Rep.Risco Hidrolog.	1.468	1.468
Energia CCEE	(1.908)	(1.908)
	12.510	10.410

Créditos atribuídos a Companhia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes do deferimento do pedido de antecipação da tutela recursal, conforme Ação Ordinária Nr. 1018438-81.2017.4.01.3400, em tramite na JFDF - Justiça Federal do DF - 16ª VARA a fim de que sejam suspensos os efeitos da Portaria MME n. 178/2017, que reduziu a garantia física, mantendo-se os valores originais gerados pelas Usinas UHEs Fundão e Santa Clara.

25. Provisão para Contingências

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados como perda Possível e ou Remota, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa as classificadas como Possível.

Descrição	Saldos em	30/06/20	31/12/19
Ações trabalhistas		2.069	2.069
Ações cíveis		935	965
Desapropriações e patrimoniais		9.272	9.179
		12.276	12.213

Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações

a) Trabalhistas

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundação Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

Autos: 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 2.069

Situação Atual: Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), foi reformada para subsidiária, após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Processo em cumprimento de sentença contra Triunfo e demais empresas do Grupo Triunfo.

b) Cíveis

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

Autos: 0001464-23.2015.8.16.0031 - 2ª Cível - Guarapuava, **Valor Estimado:** R\$ 200

Situação Atual: Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Decisão transitada em julgado, processo em fase de cumprimento de sentença. Valor estimado entre condenação e multa por não cumprimento de obrigação de fazer, em torno de R\$ 200 mil.

Autos: 0005190-34.2017.8.16.0031 - 1ª Cível - Guarapuava, **Valor Estimado:** R\$ 765

Situação Atual: Fase instrutória.

c) Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

Autos: 53/2005 - 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 97

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 55/2005 - 1ª Vara Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 286

Situação Atual: Fase instrutória.

Autos: 107/2003 - 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 325

Situação Atual: Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia. Perícia realizada, R\$ 325.

Autos: 000395-98.2003.8.16.0031 - 1ª Cível - Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 6.228

Situação Atual: Realizada nova perícia, no valor de 6.228. Insurgência da parte desapropriada. Ainda em fase pericial.

Autos: 0000207-28.2004.8.16.0134— 1ª Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 2.244
Situação Atual: Fase de cumprimento de sentença, em que a ELEJOR busca reaver valor pago a maior e a desapropriada busca receber parcela que entende pendente. Fase pericial contábil. Valor estimado como pago a maior de R\$ 1.280

Autos: 454/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 1
Situação Atual: Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

Autos: 368/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 90
Situação Atual: Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

26. Patrimônio Líquido

26.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 30/06/2020, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

26.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

26.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

26.4 Dividendos Intermediários

Em 29 de maio de 2020, na 72ª AGE Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$ 8.358 mil, referente

ao lucro apurado no 1º trimestre de 2020, compensando do montante o Adiantamento aos Acionistas ocorrido no encerramento do exercício 2019 no valor de R\$ 207 mil.

27. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	30.06.20	30.06.19
Geração		66.543	125.500
Venda de Energia UHEs - Convencional		61.320	121.767
Venda de Energia PCHs - Incentivada		5.223	3.733
Comercialização		27.107	7.912
Energia contabilizada na CCEE		27.107	6.114
Revenda Energia MCP		-	1.798
Receita Bruta		93.650	133.412
Contribuição para PIS		(1.274)	(1.248)
Contribuição para COFINS		(5.871)	(5.754)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(796)	(1.264)
Deduções da Receita Bruta		(7.941)	(8.266)
RECEITA LÍQUIDA		85.709	125.146

28. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	30.06.20	30.06.19
Materiais		(128)	(122)
Serviços de Terceiros		(4.581)	(4.822)
Depreciação		(9.235)	(9.235)
Amortização		(4.559)	(4.546)
Seguros		(230)	(231)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(946)	(3.276)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(377)	(368)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(7.513)	(6.655)
Compra de Energia - CCEE		-	(1.824)
Compra de Energia - Mercado Livre		-	(9.210)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		-	(3.033)
Outros custos		(47)	(55)
		(27.616)	(43.377)





29. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

29.1 Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	30.06.20	30.06.19
Pessoal		(1.198)	(1.122)
Administradores		(964)	(965)
Material		(16)	(30)
Serviços de Terceiros		(364)	(350)
Depreciação		(80)	(84)
Arrendamento e Aluguéis		(37)	(51)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(21)	(18)
Doações e Contribuições		(35)	-
Indenizações Cíveis		(96)	-
Outras despesas		(155)	(161)
		(2.967)	(2.782)

30. Resultado Financeiro

	Saldos em	30.06.20	30.06.19
Receitas financeiras			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		667	1.031
CCEE Encargos de liquidação		354	57
Outras receitas		88	2
		1.109	1.090
Despesas financeiras			
Correção IGPM - Concessão		(34.575)	(33.449)
Ajuste a Valor Presente - Concessão		(18.235)	(18.014)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		-	(16)
Direito de Uso - Juros incorridos		(14)	(18)
Juros e correções - P & D		(33)	(14)
		(52.857)	(51.511)
		(51.748)	(50.421)

O IGPM (Índice Geral de Preços Médios), medido pela Fundação Getúlio Vargas, apontou um percentual de 7,31% (sete vírgula trinta e um pontos percentuais) nos últimos 12 (doze) meses, o que é considerado elevado num período de inflação reduzida, gerando AVP (Ajuste a Valor Presente) da dívida com o UBP (Uso do Bem Público) acima do previsto.

31. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2020 a 11.03.2021	Multi Risco	Unidades Geradoras Sta Clara e Fundão	459	302.616
TOQUIO MARINE	16.05.2020 a 16.05.2021	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.538
Total				461	304.154

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

32. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

33. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

34. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	30/06/20		31/12/19	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos conta movimento	5	31	31	16	16
Aplicações financeiras	5	34.148	34.148	37.862	37.862
Custo Amortizado					
Clientes	6	70.932	70.932	47.962	47.962
Total dos ativos financeiros		105.111	105.111	85.840	85.840
Passivos financeiros					
Total dos passivos financeiros		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 30 de junho de 2020

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/06/2020	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	16/03/2020	18/02/2025	Custo amortizado	274	274
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	08/04/2020	13/03/2025	Custo amortizado	10.980	10.980
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	15/04/2020	20/03/2025	Custo amortizado	1.655	1.655
CDB - Caixa Econ.Fed.	97,50	11/05/2020	15/04/2025	Custo amortizado	9.498	9.498
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/06/2020	13/05/2025	Custo amortizado	9.789	9.789
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	12/06/2020	16/05/2025	Custo amortizado	389	389
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	15/06/2020	20/05/2025	Custo amortizado	1.551	1.551
					34.148	34.148

35. Impactos do Covid-19

Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde), declarou pandemia global em função do novo coronavírus, que causa a doença denominada Covid-19. O Brasil é um dos países mais atingidos pela crise sanitária instalada. Neste contexto, a administração tem monitorado os possíveis impactos financeiros-contábeis, além dos cuidados para manutenção de suas atividades administrativas. No aspecto financeiro, a companhia tem mantido valores disponíveis de caixa e equivalentes, considerados confortáveis, acompanhamento dos contratos de recebíveis bilaterais, os quais mantem-se adimplentes em sua totalidade e acompanhamento mensal do fluxo de caixa orçado x realizado. Para manutenção das atividades administrativas, a entidade propiciou infraestrutura tecnológica aos seus empregados, possibilitando acesso remoto aos seus sistemas e aplicativos de modo a garantir suas atividades.

Por fim, a administração continuará monitorando possíveis efeitos adversos nos negócios e eventuais impactos contábeis, mantendo diligência quanto aos impactos do Covid-19, de maneira a deixar seus acionistas e demais *stakeholders* informados acerca de quaisquer mudanças significativas derivadas da pandemia.



João Biral Junior
Diretor Presidente



Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro



Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-8

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A
Curitiba - PR**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Russell Bedford

taking you further

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referida, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 31 de julho de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por

ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Dados: 2020.08.06 17:18:25 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico